

**PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO
FISCAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROFISCO II - PE**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações financeiras de propósito especial
Em 31 de dezembro de 2021**

**PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROFISCO II - PE.**

**Demonstrações financeiras de propósito especial
Em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras de
propósito especial**

Demonstrativos de fluxo de caixa

Demonstrativos de investimentos acumulados

Notas explicativas às demonstrações financeiras de propósito especial

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE PROPÓSITO ESPECIAL

Aos
Administradores do
Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado De Pernambuco PROFISCO II - PE.
Recife - PE

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras de propósito especial

Examinamos as demonstrações financeiras de propósito especial do **Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado De Pernambuco PROFISCO II - PE**, executado pela **Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco - SEFAZ/PE** e financiado com recursos do Contrato de Empréstimo nº 4554/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, que compreendem a demonstração de fluxos de caixa e a demonstração de investimentos acumulados correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis definidas pelo BID.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras de propósito especial”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos e os pagamentos do **Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado De Pernambuco PROFISCO II - PE** em 31 de dezembro de 2021, de acordo com a base contábil de recebimento e pagamentos descrita na nota explicativa nº 02, determinadas pelo BID.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras de propósito especial

Identificação dos rendimentos financeiros

Conforme nota explicativa nº 3, o Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado De Pernambuco PROFISCO II, possui saldos aplicados no montante de US\$ 992.894,29 em respectiva conta gráfica. Conforme cláusula nº 4.04 do contrato de empréstimo número 4554/OC-BR, firmado entre a Secretaria da Fazenda de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, os rendimentos oriundos dos recursos financeiros reembolsados pelo BID devem ser apurados e utilizados para pagamento de despesas elegíveis do projeto. Até a conclusão de nossas análises, não nos foi fornecida documentação que evidencie o controle e reconhecimento dos respectivos rendimentos financeiros pela gestão do projeto.

Distorção entre os instrumentos de planejamento orçamentário

Confrontamos o saldo orçado para o projeto evidenciado no Plano Operativo Anual - POA, com o montante acumulado orçado para o projeto, evidenciado no Plano de Execução Plurianual - PEP, no período de 2019 a 31 de dezembro de 2021 e detectamos uma diferença de US\$ 306.910, no componente III - Administração Financeira e Gasto Público (Subcomponente: Sistemas para gestão de transferências e prestação de contas implantados). Até a conclusão de nossos trabalhos, a unidade gestora do projeto não nos disponibilizou documentação e/ou evidências adicionais apropriadas sobre o assunto.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras de propósito especial”. Somos independentes em relação ao Programa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações financeiras de propósito especial

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 02 às demonstrações financeiras de propósito especial, na qual se descreve sua base de elaboração, estas têm como objetivo fornecer informações sobre o cumprimento dos requisitos estabelecidos no Contrato de Empréstimo nº 4554/OC-BR e no Instrutivo de Relatórios Financeiros Auditados e Gestão de Auditoria Externa das operações financiadas pelo BID. Consequentemente, as demonstrações financeiras de propósito especial podem não ser apropriadas para outra finalidade. Entretanto, esse relatório pode converter-se em um documento público, caso em que a sua distribuição não seria limitada. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras de propósito especial

A Administração do Programa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de propósito especial, de acordo com a base contábil de recebimentos e pagamentos descrita na nota explicativa nº 02, com os requerimentos estabelecidos no Contrato de Empréstimo nº 4554/OC-BR e no Instrutivo de Relatórios Financeiros Auditados e Gestão de Auditoria Externa das operações financiadas pelo BID. Isso inclui determinar que a base contábil de recebimentos e pagamentos é uma base aceitável para a elaboração das demonstrações financeiras nas circunstâncias, assim como para os controles internos que a administração determinou serem necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras de propósito especial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Programa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras de propósito especial, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Programa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras de propósito especial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras de propósito especial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras de propósito especial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Projeto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras de propósito especial, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras de propósito especial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 29 de abril de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PE 001269/F-8


Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - PE



Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco
BR-L1501 PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO PROFISCO II - PE
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: 4554/OC-BR

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

Valores em Dólares

Descrição	Período terminado em 31.12.2021			Período terminado em 31.12.2020		
	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS						
Acumulado no início do período	8.220.538,86	-	8.220.538,86	4.810.861,43	-	4.810.861,43
	-	-	-	-	-	-
Durante o período	4.056.529,05	712.328,66	4.768.857,71	3.409.677,43	-	3.409.677,43
. Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pagto diretos)	4.056.529,05	712.328,66	4.768.857,71	3.409.677,43	-	3.409.677,43
. Rendimentos de aplicação financeira	-	-	-	-	-	-
. Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
Total de Recursos Recebidos	12.277.067,91	712.328,66	12.989.396,57	8.220.538,86	-	8.220.538,86
DESEMBOLSOS EFETUADOS						
Acumulado no início do período	6.594.963,63	-	6.594.963,63	2.975.655,17	-	2.975.655,17
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
Durante o período	5.101.952,61	712.328,66	5.814.281,27	3.619.308,46	-	3.619.308,46
. Solicitação de Reembolso/ Justificativa de Desembolso apresentado ao BID	5.088.061,34	-	5.088.061,34	4.735.758,61	-	4.735.758,61
Ajustes de exercícios anteriores	123,97	-	123,97	(123,97)	-	(123,97)
. Pagos por Bens e Serviços Pendentes de Comprovação / Justificação (exercício anterior)	(1.024.815,20)	-	(1.024.815,20)	(2.141.141,38)	-	(2.141.141,38)
. Pagos por Bens e Serviços Pendentes de comprovação/justificativa	1.038.582,50	712.328,66	1.750.911,16	1.024.815,20	-	1.024.815,20
Total Desembolsado	11.696.916,24	712.328,66	12.409.244,90	6.594.963,63	-	6.594.963,63
SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO	580.151,67	-	580.151,67	1.625.575,23	-	1.625.575,23

Fábio Henrique Soares de Oliveira
Fábio Henrique Soares de Oliveira
Coordenador Geral da UCP

Eduardo Vicente de Nascimento
Eduardo Vicente de Nascimento
Auditor Fiscal do Tesouro Estadual
Matrícula 171.967-0



NOME DO EXECUTOR: Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco
PROGRAMA: Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco (PROFISCO II-PE)
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: 4554/OC-BR

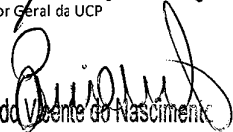
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS

Valores em USD

Categorias de Investimento		Orçamento Vigente			Acumulado do Exercício 2020			Movimento do Exercício 2021			Acumulado do Exercício 2021			Orçamento a Realizar		
		TOTAL PROJETO	BID	LOCAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	TOTAL PROJETO	BID	LOCAL
I	I. GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	10.970.000,00	10.970.000,00		2.048.583,24	0,00	2.048.583,24	2.549.260,42		2.549.260,42	4.597.843,66	0,00	4.597.843,66	6.372.156,34	6.372.156,34	0,00
II	II. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	16.210.000,00	8.810.000,00	7.400.000,00	3.105.558,55	0,00	3.105.558,55	832.230,09	712.328,66	1.544.558,75	3.937.788,64	712.328,66	4.650.117,30	11.559.882,70	4.872.211,36	6.687.671,34
III	III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	16.660.000,00	16.660.000,00		1.409.669,39	0,00	1.409.669,39	1.700.671,77		1.700.671,77	3.110.341,16	0,00	3.110.341,16	13.549.658,84	13.549.658,84	0,00
A1	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	260.000,00	260.000,00		31.152,45	0,00	31.152,45	9.669,93		9.669,93	40.822,38	0,00	40.822,38	219.177,62	219.177,62	0,00
A2	AUDITORIA	300.000,00	300.000,00		0,00	0,00	0,00	10.120,40		10.120,40	10.120,40	0,00	10.120,40	289.879,60	289.879,60	0,00
A	Subtotal	44.400.000,00	37.000.000,00	7.400.000,00	6.594.963,63	0,00	6.594.963,63	5.101.952,61	712.328,66	5.814.281,27	11.696.916,24	712.328,66	12.409.244,90	31.990.755,10	25.303.083,76	6.687.671,34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Assinatura: 
Nome e Cargo: Fábio Henrique Soares de Oliveira - Coordenador Geral da UCP
Data: 29.04.2022


Eduardo Vicente do Nascimento
Auditor Fiscal do Tesouro Estadual
Matricula 171.967-0



PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO PROFISCO II - PE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROGRAMA

- 1. Descrição do Programa** Para atingir o objetivo o Projeto financiará atividades dos seguintes componentes:

a) Componente I. Gestão fazendária e transparência fiscal

Este componente tem como objetivo melhorar os instrumentos de gestão, modernizar a infraestrutura tecnológica e aumentar a transparência do fisco com a sociedade, potencializando o desempenho institucional da SEFAZ, e financiará:

- i) **Implantação da gestão estratégica fazendária.** Por meio de: (i) sistema informatizado para planejamento e acompanhamento em tempo real das metas estratégicas e da execução dos projetos do SEFAZ, assim como o tratamento e a divulgação das informações geradas; e (ii) redesenho dos processos administrativos e financeiros da SEFAZ e melhoria de seus respectivos sistemas informatizados de apoio.
- ii) **Implementação do modelo de gestão de funcionários por competências.** Por meio de: (i) metodologia para avaliação e dimensionamento dos recursos humanos, contemplando regime de contratação e capacitação por competência, apoiado por um sistema informatizado específico; e (ii) plano de desenvolvimento e capacitação dos recursos humanos baseado em competências.
- iii) **Fortalecimento da governança de TI.** Por meio de: (i) estratégia de armazenamento, proteção e recuperação de dados, incluindo softwares e hardwares necessários; (ii) ferramentas para apoiar o monitoramento de serviços de TI, em nível de usuários internos e externos da SEFAZ, nos aspectos de integridade de dados, falhas, tempos de resposta e acessos não autorizados; e (iii) atualização do parque tecnológico de hardware e software de apoio.

b) Componente II. Administração tributária e contencioso fiscal

Este componente tem como objetivo aumentar as receitas próprias e simplificar o cumprimento das obrigações tributárias dos contribuintes, e financiará:

- i) **Fortalecimento da gestão de incentivos fiscais.** Por meio de: (i) revisão e adequação dos procedimentos de gestão para a concessão de benefícios fiscais, incluindo os aspectos relacionados à estimativa e avaliação das perdas e benefícios envolvidos; e (ii) sistema informatizado de apoio à gestão de incentivos fiscais, incluindo a notificação automática em caso de descumprimento das regras estabelecidas pelo fisco.
- ii) **Simplificação das obrigações tributárias.** Por meio de: (i) implantação do sistema da Rede Nacional de Simplificação de Registro e Legalização de Empresas; (ii) simplificação das obrigações dos contribuintes no SPED; e (iii) integração do sistema de administração tributária ao Portal Único de Comércio Exterior.
- iii) **Fortalecimento do modelo de fiscalização de mercadorias em trânsito.** Por meio de: (i) revisão e aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização de trânsito, contemplando a criação de um posto fiscal virtual de controle de mercadorias em trânsito (e-PostoPE) e a expansão da central de operações estratégicas. Inclui a adequação da infraestrutura física e tecnológica dos postos de controle; e (ii) metodologias de análise de risco e inteligência fiscal para apoiar a seleção oportuna, eficaz e eficiente das cargas a serem examinadas fisicamente nos pontos de controle.
- iv) **Melhoria e integração de sistemas de cobrança.** Por meio de: (i) metodologia de apoio à cobrança administrativa contemplando facilidades ao contribuinte para o pagamento de suas dívidas; (ii) Sistema informatizado de Gestão de Processos Fiscais (GPF), contemplando a funcionalidade de cálculo de multas e juros na cobrança administrativa, incluindo o controle de créditos não tributários; (iii) Sistema informatizado para Controle e Acompanhamento de decisões judiciais (AJ-SEFAZ) do contencioso; (iv) Sistema informatizado para Restituição e Recuperação de Créditos (SRC) em favor dos contribuintes; e (v) integração do Sistema informatizado de Automação Judicial (SAJ) da PGE aos sistemas GPF, Pat-e e PJ-e.
- v) **Fortalecimento da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).** Por meio de: (i) reestruturação das informações da NFC-e e do seu respectivo sistema de gestão; (ii) estratégia para a ampliação do armazenamento de dados gerados pela NFC-e, incluindo a aquisição de dispositivos e sistemas de armazenamento; e (iii) metodologias e ferramentas para o tratamento das informações geradas pela NFC-e.



c) Componente III. Administração financeira e gasto público

Este componente está orientado a aumentar a eficiência do planejamento e da execução financeira e financiará os seguintes produtos:

- i) **Aperfeiçoamento da gestão financeira.** Por meio de: (i) sistema informatizado de gestão do fluxo de caixa e da Conta Única do Tesouro, integrado ao Sistema de Administração Financeira do Estado (e-Fisco); e (ii) sistema informatizado de gestão de contas a pagar aos fornecedores do estado, integrado ao e-Fisco.
- ii) **Fortalecer a gestão de transferências para entidades e municípios.** Por meio da revisão dos procedimentos de transferência e da implantação de um sistema informatizado de gestão, que também controle as devoluções de recursos por parte das entidades.
- iii) **Fortalecimento do modelo de gestão contábil do Estado.** Por meio de: (i) aperfeiçoamento do sistema de pagamento de pessoal da administração indireta para que seja possível efetuar o comprometimento do pagamento de forma automática no e-Fisco e gerar os lançamentos contábeis nas contas gerais do Estado; e (ii) atualização do patrimônio do estado, avaliação e aperfeiçoamento do sistema informatizado de gestão do patrimônio.
- iv) **Melhoria da gestão da dívida pública.** Por meio do aperfeiçoamento do sistema informatizado de gestão da dívida, que permita realizar cálculos de pagamento e projeções de cenários de forma oportuna, bem como efetuar o compromisso da dívida de forma automática no e-Fisco, com geração de lançamentos contábeis na contabilidade geral do estado.
- v) **Implantação de novos procedimentos para gestão de custos públicos.** Por meio de metodologia de estimativa de custos públicos apoiada por um sistema informatizado integrado aos sistemas corporativos do estado, implantado em todos os órgãos setoriais.

A fim de otimizar o uso dos recursos e fortalecer a efetividade das atividades da gestão financeira fazendária, algumas entidades externas foram inseridas em produtos do Programa, de modo a permitir o alcance correto das medidas desenvolvidas no âmbito da SEFAZ, mas com rebatimentos em outros entes estaduais. Assim, também são beneficiárias do Profisco II, em produtos específicos, relacionados aos desdobramentos da atividade fazendária, a Secretaria de Administração (SAD), a Secretaria Estadual de Saúde (SES), a Agência de Tecnologia da Informação (ATI), a Junta Comercial do Estado de Pernambuco (JUCEPE), a Controladoria Geral do Estado (CGE) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE).



Custo do Programa e plano de financiamento

Para atingir os objetivos do Programa, foi firmado o Contrato de Empréstimo Nº 4554/OC-BR, em 30 de setembro de 2019, com prazo de desembolso de cinco anos, a data final de amortização em 15 de maio de 2044. A amortização se dará em prestações semestrais consecutivas, vencendo a primeira no dia 15 de maio de 2025.

O custo total do Programa é estimado em quantia equivalente a US\$ 44.400.000 (quarenta e quatro milhões e quatrocentos mil dólares), dos quais o Banco financiará até o equivalente a US\$ 37.000.000 (trinta e sete milhões de dólares). Os recursos de contrapartida, no montante de US\$ 7.400.000 (sete milhões e quatrocentos mil dólares), serão aportados pelo Estado de Pernambuco, na qualidade de mutuário.

O quadro a seguir resume a distribuição dos recursos do Empréstimo e da Contrapartida Local:

Categorias	Banco	Contrapartida	Total	%
1. Custos diretos	36.500.000	7.400.000	43.900.000	98,8
Componente I: Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	10.940.000	-	10.940.000	24,6
Componente II: Administração Tributária e Contencioso Fiscal	8.840.000	7.400.000	16.240.000	36,5
Componente III: Administração Financeira e Gasto Público	16.660.000	-	16.660.000	37,5
2. Gestão do projeto	560.000	-	560.000	1,2
2.1 Monitoramento e avaliação	260.000	-	260.000	0,6
2.2 Auditoria	300.000	-	300.000	0,6
Total	37.000.000	7.400.000	44.400.000	100
%	83%	17%	100%	

2. Principais Políticas Contábeis

▪ Base de Contabilidade Caixa

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de caixa, registrando-se as receitas quando do recebimento dos fundos (recursos) e reconhecendo-se as despesas quando estas efetivamente representam despesas pagas em dinheiro (caixa). Esta prática contábil difere das NICSP, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo "IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa".



▪ **Unidade Monetária**

Os demonstrativos financeiros do programa foram elaborados em dólares dos Estados Unidos. Para o cálculo da equivalência em dólares americanos dos do recurso recebido em moeda nacional na conta específica do banco comercial, utiliza-se a taxa de câmbio da internalização dos recursos. E as despesas realizadas são convertidas em dólares americanos com base nessa taxa. Este critério mitiga a ocorrência de ganhos e/ou perdas cambiais.

Os recursos de contrapartida são convertidos para dólares pela taxa de câmbio da data de apresentação dos gastos ao BID.

3. Fundos Disponíveis

Os fundos disponíveis em 31 de dezembro de 2021 estão depositados nas contas bancárias do Programa.

	Em US\$
Recursos disponíveis	580.151,67
Valor apresentado com pedido de reembolso na SD 10	412.742,61
Conta Única do Tesouro	992,894,28

Durante o ano de 2021 não foram registradas receitas provenientes de juros.

4. Adiantamentos (Antecipos) Pendentes de Justificação

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo pendente de justificação ao BID é de US\$ **1.618.734,17**, e está representado a seguir:

	US\$
Gastos efetuados em 2021 não apresentados ao BID	625.839,89
Saldo em conta do Projeto	992.894,28
Total	1.618.734,17

Não há despesas identificadas como não elegíveis ao Programa.

5. Adiantamentos (antecipos) e justificativas

	US\$
Saldo de adiantamentos no início do período	2.650.390,43
(-) Adiantamentos legalizados durante o período	5.088.061,34
(-) Ajustes do exercício 2020 (apresentado em 2021 – SD 06)	123,97
(+) Adiantamentos recebidos	4.056.529,05
(=) Saldo de adiantamentos no encerramento do período	1.618.734,17

6. Fundos de Contrapartida Nacional

O governo do Estado de Pernambuco assumiu o compromisso de contribuir com a importância de US\$ 7.400.000,00, como contrapartida local. No ano 2021 houve o aporte de US\$ 712.328,66 de contrapartida.

7. Ajustes de Períodos Anteriores

Foi apresentado ajuste de US\$ -123,97, na Solicitação de Desembolso SD 06.

8. Aquisição de Bens e Serviços

As aquisições de bens e contratação de serviços são regidas pelas políticas do BID, as quais, prevêem também a utilização de normas nacionais, quando a contratação ou aquisição tratar exclusivamente de contrapartida local. Assim, as aquisições e contratações se regem pelas normas GN-2349-15 e GN-2350-15 e pela Lei 8.666/94.

Todos os bens adquiridos pelo Projeto passam a integrar o patrimônio da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, e são registrados no Sistema de Integrado Informações Gerenciais (SIIG), o qual controla todo o patrimônio da unidade executora.

9. Categorias de Inversão

RECURSOS FINANCEIROS (US\$)								
COMPONENTES	CONTRATO ORIGINAL				EXECUÇÃO			
	Empréstimo	%	Contrapartida	%	Empréstimo	%	Contrapartida	%
1.Custos diretos	36.440.000	82%	7.400.000	17%	11.645.974	32%	712.329	0%
1.1 Componente I: Gestão Fazendária E Transparência Fiscal	10.970.000	25%		0%	4.597.844	42%	0	0%
1.2 Componente II: Administração Tributária e Contencioso Fiscal	8.810.000	20%	7.400.000	17%	3.937.789	45%	712.329	10%
1.3 Componente III: Administração Financeira e Gasto Público	16.660.000	38%		0%	3.110.341	19%	0	0%
2.Gestão do projeto	560.000	1%	-	0%	50.943	9%	0	0%
2.1 Monitoramento e Avaliação	260.000	1%		0%	40.822	16%	0	0%
2.2 Auditoria	300.000	1%		0%	10.120	3%	0	0%
Total	37.000.000	83%	7.400.000	17%	11.696.916	32%	712.329	10%

10. Desembolsos Efetuados

Vide Nota 9.

11. Conciliação entre a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados

US\$

DESCRIÇÃO	BID	LOCAL	TOTAL
Demonstração de Fluxos de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)	11.696.916,23	712.328,66	12.409.244,91
Demonstrativo de Investimentos	11.696.916,24	712.328,66	12.409.244,90
Diferença	0,01	0,00	

12. Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID (OPS-1 Executive Financial Summary), por Categorias de Inversão.

Categorias de Inversão	Demonstração de Investimentos	OPS-1 Disbursed Amount	Diferença
1.	11.645.973,46	10.608.442,82	(1.037.530,64)
1.1	4.597.843,66		
1.2	3.937.788,64		
1.3	3.110.341,16		
2.	50.942,78	49.890,92	(1.051,86)
2.1	40.822,38	0	0
2.2	10.120,40	0	0
Antecipação de fundos		1.618.734,17	1.618.734,17
Total	11.696.916,24	12.277.067,91	580.151,67

Demonstrativo da diferença

Valor apresentado com pedido de reembolso na SD 10	(412.742,61)
Pagamentos pendentes de apresentação em 31.12.2021	1.038.582,48
Total	580.151,67

13. Conciliação do Passivo a Favor do BID (entre o montante registrado no campo "Disbursed life" do OPS-1 e o registrado no campo "Recursos Recebidos – BID da Demonstração de Fluxos de Caixa.

DESCRIÇÃO	TOTAL US\$
Demonstração de Fluxos de Caixa (Recursos Recebidos: Desembolsos + FIV)	12.277.067,91
OPS - 1 (Disbursed Life)	12.277.067,91
Diferença	0,00



14. Contingências

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos quer contra a administração do Programa até data base de 31/12/2021, e até a data da elaboração/aprovação das demonstrações financeiras.

15. Eventos Subsequentes


Não há eventos subsequentes a serem relatados.


16. Situação dos ajustes originados de opiniões diferentes do padrão por parte dos auditores independentes no ano ou períodos anteriores.

Não existem ajustes a serem relatados.

17. Outras Considerações / Esclarecimentos

Não há considerações adicionais a serem apresentadas.


Fábio Henrique Soares de Oliveira
Coordenador Geral da UCP


Eduardo Vicente do Nascimento
Auditor Fiscal do Tesouro Estadual
Matrícula 171.967-0